

**HABEAS CORPUS Nº 543.701 - SC (2019/0331805-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**IMPETRANTE** : OSVALDO JOSE DUNCKE E OUTRO  
**ADVOGADOS** : OSVALDO JOSE DUNCKE - SC0034143  
FRANCIELY CÂMARA CARETTA - SC055392  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
**PACIENTE** : MARCELO RAMOS (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de MARCELO RAMOS em face de acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA, assim ementado (fls. 21-22):

HABEAS CORPUS. PACIENTE PRESO PREVENTIVAMENTE EM RAZÃO DA PRÁTICA, EM TESE, DO DELITO DE TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES, ASSOCIAÇÃO PARA O MESMO FIM E POSSE IRREGULAR DE MUNIÇÃO DE USO RESTRITO (ART. 33, "CAPUT", E ART. 35, "CAPUT", AMBOS DA LEI N. 11.343/06 E ART. 16, "CAPUT", DA LEI 10.826/03). PREENCHIMENTO DOS PRESSUPOSTOS E REQUISITOS DO ART. 312 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. INDÍCIOS SUFICIENTES PARA SUSTENTAR AS IMPUTAÇÕES FEITAS AO PACIENTE. NECESSIDADE DA SEGREGAÇÃO PARA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. ALEGADA AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DA DECISÃO. NÃO ACOLHIMENTO. MAGISTRADA QUE EXPLICITOU OS ELEMENTOS CONCRETOS PARA A DECRETAÇÃO DA CONSTRIÇÃO. APREENSÃO DE GRANDE QUANTIDADE E VARIEDADE DE ENTORPECENTES (21 QUILOGRAMAS DE MACONHA, 22 GRAMAS DE SKUNK, 04 MICROPONTOS LSD e 02 COMPRIMIDOS DE ECSTASY) E ELEVADA SOMA EM DINHEIRO (DOZE MIL REAIS). PACIENTE, ADEMAIS, QUE OSTENTA CONDENAÇÃO DEFINITIVA PELO MESMO DELITO APURADO NOS AUTOS DE ORIGEM. RISCO DE REITERAÇÃO CRIMINOSA EVIDENCIADO PERICULOSIDADE DO AGENTE DEMONSTRADA, NO CASO CONCRETO. FUMUS COMISSI DELICTI E PERICULUM LIBERTATIS DEMONSTRADOS. PEDIDO SUBSIDIÁRIO DE PRISÃO DOMICILIAR EM RAZÃO DAS CONDIÇÕES DE SAÚDE DO PACIENTE. INVIABILIDADE. PACIENTE QUE JÁ CUMPRIA PRISÃO DOMICILIAR E, EM TESE, SE VALIA DA BENESSE PARA PERPETRAR O COMÉRCIO ESPÚRIO DE ENTORPECENTE, ALÉM DE ESTAR FORAGIDO E NÃO EXISTIREM INFORMAÇÕES DE QUE O LOCAL A SER CUMPRIDA A CUSTÓDIA CAUTELAR É INADEQUADO À SUA DEFICIÊNCIA E PROBLEMAS DE SAÚDE. CONCESSÃO DE MEDIDAS CAUTELARES.

PROVIDÊNCIA QUE, NA HIPÓTESE, NÃO SE MOSTRA SUFICIENTE À GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. SEGREGAÇÃO CAUTELAR QUE NÃO FERE O PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. ORDEM DENEGADA.

Consta dos autos que o paciente foi denunciado, juntamente com outros 12 corréus, pela prática dos delitos dos arts. 33 e 35, ambos da Lei 11.343/2006 e 16 da Lei 10.826/2003, razão pela qual se encontra preso preventivamente.

Impetrado *mandamus* na origem, o Tribunal local denegou a ordem.

Daí o presente *writ*, em que o impetrante sustenta, em síntese, que inexistente fundamentação idônea apta a embasar o decreto prisional, ausentes os requisitos do art. 312 do CPP.

Salienta, ainda, a possibilidade de substituição da prisão preventiva por custódia domiciliar, por ser o paciente portador de deficiência física, nos termos do art. 318, III, do Código de Processo Penal.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para revogar a prisão preventiva do paciente, expedindo-se alvará de soltura em seu favor ou, subsidiariamente, substituí-la por prisão domiciliar.

A liminar foi indeferida (fls. 115-121).

As informações foram prestadas (fls. 125-228).

O Ministério Público Federal ofertou parecer, manifestando-se pelo não conhecimento do *habeas corpus*, ou por sua denegação (fls. 230-245).

É o relatório.

DECIDO.

A defesa pretende a revogação da prisão preventiva do paciente ou, subsidiariamente, a sua substituição por prisão domiciliar.

Não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos do art. 312 do CPP.

O decreto prisional está assim fundamentado (fls. 67-72):

No caso sub judice, estão presentes tais pressupostos e requisitos.

A prova da materialidade e os fortes indícios de autoria da infração penal restaram evidenciados pelos elementos de prova que instruem os autos, especialmente pelos relatórios de informação n. 39/2019 (fls. 191-236), n. 53/2019 (fls. 423-496) e n. 71/2019 (fls. 635-642), boletins de ocorrência de fls. 249, 277, 550-553, 562-563, 569-570, 582-590 e 598-603, termo de depoimento de fl. 302, bem como os termos de apreensões de fls. 266, 273, 288, 294, 340, 348, 529, 556 e 571.

**Extrai-se dos autos que, de acordo com o relatório de fls. 191-236, a região da "Baixada" apresenta uma geografia favorável para o tráfico de drogas e grande volume de ocorrências policiais registradas por esse crime. No local, a prática delitiva ocorre há vários anos, de forma ininterrupta e diversas casas da região são utilizadas para esconder as drogas, as quais mudam constantemente de lugar. Ainda, quando realizadas as apreensões dos entorpecentes, estes são encontrados em pequenas quantidades, tendo em vista que o tipo de tráfico realizado na região é de varejo, o que justifica a quantidade de envolvidos na representação.**

Outrossim as diversas ocorrências realizadas na região demonstram que vários adolescentes são cooptados pelos envolvidos para atuarem no tráfico local, destacando-se que alguns dos próprios investigados possuem passagens policiais pelo delito de tráfico de drogas quando menores de idade.

Através da rede social Facebook, se observou diversas fotos em que os investigados estão juntos, havendo fortes indícios de que todos integram uma organização criminosa estruturada para obter lucros através do tráfico de drogas. Nessas fotos, também estão Leonardo Medeiros Vieira e Pedro Lucas Cont Nogueira, os quais estão, atualmente, presos, possuindo significativo envolvimento com o tráfico de drogas da região.

**Ainda, na rede social mencionada, os referidos indivíduos utilizam termos como "fml" FB, o que seria a sigla de "família" da Baixada, termo usualmente utilizado por indivíduos de uma mesma região, organizados e associados entre si para o cometimento de crimes e "P.J.L.", o que significaria "paz, justiça e liberdade", expressão comum entre os faccionados do PGC. Ainda, é verificado, nas fotos, que os indivíduos fazem gesto (TD2) com a mão característico também da facção PGC.**

**Por sua vez, em uma análise dos celulares apreendidos dos investigados (fls. 423-496), verificou-se não só imagens destes repetindo gestos da facção PGC (fl. 425), mas também fotos de grande quantidade de dinheiro (fls. 424-425), drogas (fl. 426) e fogos de artifícios, utilizados usualmente para denunciar a presença da polícia (fl. 426), bem como conversas relacionadas ao tráfico de drogas, nas quais os investigados debatem sobre a qualidade, o preço e o peso da droga vendida, bem como logísticas de transporte dos entorpecentes.**

No relatório de informação n. 53/2019, é possível observar referidas conversas com participação dos investigados Luizmark (fls. 427-428), Dirlei (fls. 429-430), o qual seria o "disciplina do Beco das Crianças", Adalton (fls. 436 e 484), Jailson (fls. 439, 472 e 477), Marcelo (fl. 440 e 639), Antônio (fls. 442-443), Eduardo (fl. 444), Daniel (fl. 446), Jean Felipe (fls. 447-470), Kurlan (fls. 447-470), o qual seria "disciplina no bairro Fazenda do Max", Roverson (fls. 472-484), Pablo (fl. 472-484), Evandro (fls. 485-490) e Patrick (fls. 636-638, relatório n. 71/2019). Ainda, nos celulares de Antônio e Eduardo foram encontradas, também, imagens de armas, drogas e dinheiro (fls. 437-438 e 444).

Ressalta-se, outrossim, que foram apreendidas drogas e/ou objetos ligados ao tráfico de drogas, em cumprimento dos mandados de busca Jean Felipe (fls. 339-340), Adalton (fls. 276-278), Jailson (fls. 317-321) e Marcelo (fls. 582-591).

Na residência de Marcelo, inclusive, foi encontrada grande quantidade de drogas, bem como objetos relacionados ao tráfico de entorpecentes, R\$ 12.000 (doze mil reais), caderno de anotações e um sistema de monitoramento, sendo que, quando os policiais estavam na residência, tiveram a impressão de que uma pessoa teria deixado o local com pressa (fls. 582-592 e 641-642). Posteriormente, verificou-se que tal pessoa seria Patrick, uma vez que este possuía uma foto em seu celular das drogas que estavam na casa de Marcelo, tirada na mesma data em que foi realizado o cumprimento do mandado de busca e apreensão no local (relatório de fls. 635-637).

Além disso, no caderno de notas apreendido na residência de Marcelo constava o nome de outros investigados, quais sejam, Kurlan, Pablo, Patrik e Daniel.

Como se observa, os elementos apresentados nos autos evidenciam o envolvimento de todos os representados na prática dos delitos de tráfico de drogas e associação para o tráfico, sendo que o envolvimento de cada um restou devidamente sintetizado pelo Ministério Público, em sua manifestação:

"1. Luizmark Parente: em análise ao celular apreendido com ele, verificam-se conversas em que o investigado assume estar vendendo maconha na Ponta de Baixo, explicando que 25 gramas custam R\$ 60,00 (fls.

16/18). Ainda, em outro diálogo, informa o grupo de uma festa ocorrida na Baixada que foi dispersada pela organização criminosa, pois a movimentação atraía a presença da polícia e atrapalhava o tráfico, mostrando sua interação com a organização (fl. 20). Também aparece negociando maconha com o investigado Adalton (fls. 24/25).

2. Jean Felipe de Jesus: em diálogo com Kurlan, extraído de seu celular após ter fornecido a senha aos policiais, observa-se que eles negociam compra e repasse de maconha de boa qualidade (fls. 36/44). Em outro ponto, conversa com o investigado Luizmark, demonstrando a associação de ambos para o tráfico (fls. 45/47). Outras conversas foram com "Panda" - não identificado - e JCJ o investigado Júlio César - acerca da negociação de drogas (fls. 48/49 e 50/60).

3. Kurlan Ferreira: é apontado como "disciplina" do "P.G.C." no bairro fazenda do Max. Conforme mencionado acima, negociou a venda de maconha com Jean Felipe (fls. 36/44).

4. Daniel Cont: em conversa extraída do aparelho celular de Ismael, vê-se Daniel oferecendo a ele maconha para venda, inclusive, enviando vídeos para mostrar a qualidade do produto (fls. 34/35). Daniel foi preso em flagrante por tráfico de drogas na Baixada, em 2012.

5. Dirlei Túlio da Rosa: em conversa no grupo de Whatsapp "Trem da Vn" ele se apresenta como "Dico", "DC" ("disciplina") do Beco das Crianças (fls. 18/19).

6. Pablo Renan Barbosa: conhecido como "Bola", em conversas com Roverson negocia drogas e o manda buscar dinheiro com "Jarba" - Jailson Tomé Paoli (fl.

66).

7. Júlio César Junckes: identificado como "JCJ", aparece em longa conversa com Jean combinando transação de maconha (fls. 50/60).

8. Evandro Sipriano: Conversa com Roverson por várias vezes a fim de negociar a venda de drogas (fls. 74/81).

9. Roverson Cesar Mendes: Já cumpriu pena por tráfico de drogas e foi detido em 09.03.19, na Baixada, por receptação. Vê-se, ainda, conversas com "Bola", identificado como Pablo Renan Barbosa (fl. 71) em que negociam quantidades maiores de maconha, normalmente 1Kg, e que "Bola" manda Roverson buscar o dinheiro "na Deia do Jarba" - que foram identificados pela polícia como Jailson Tomé Paoli e sua mãe Andréia (fls. 64/68 e 72/73).

10. Antonio Juliano Soares: foi preso em flagrante por tráfico de drogas em 2016, tendo sido condenado pelo crime. Em seu celular foram encontradas fotografias com os investigados Adalton, Jailson e Patrick (fls. 25/28).

11. Jailson Tomé Paoli: Jailson foi preso em flagrante em 2016, por tráfico de drogas e associação, bem como por posse ilegal de arma de fogo. Nas buscas em sua casa foram encontrados pedaços de folha de caderno com anotações, dois rolos de plástico filme e duas facas (fls. A75/A83 do apenso). Extraíram-se, ainda, do celular de Roverson conversa que teve com ele sobre entrega de droga e avisa que vai "deixar picado", ou seja, fracionado e que vai "pegar mueda", isto é, dinheiro. Após combinam de se encontrar e avisa que está na casa de Pablo Amaral (fl. 61).

12. David Willan Zimmermann Simas: no cartão de memória de seu celular foram encontradas fotos na pasta "sent" (= enviadas) em que aparece com outros investigados; de um pote com grande quantidade de dinheiro em notas pequenas (típica do tráfico de entorpecentes); e de diversos foguetes (normalmente utilizados na associação para alertar os demais da chegada da polícia no local) - fls. 13/15.

13. Adalton José Medeiros: já cumpriu pena por tráfico de drogas. Em sua casa, na busca e apreensão, foram encontrados 116 gramas de maconha, uma balança de precisão, plástico filme para embalar droga e quatro telefones celulares (fls. A36/A41 do apenso). Ademais, foram identificadas conversas entre ele e Roverson em que negociam a compra de 1Kg de maconha por R\$1.150,00 (fl. 73).

14. Patrik Amaral: possui passagens policiais por roubo, posse de drogas e lesão corporal quando era adolescente, havendo indicativos, pelo relatório policial, de que estaria vinculado com os demais para o tráfico.

**15. Marcelo Ramos: Em conversas extraídas do aparelho de Antônio Juliano Soares com Ailton Vieira, este afirma que vai pegar um fumo de R\$ 5,00 do Celo - identificado como Marcelo Ramos, que já foi preso por tráfico de drogas e posse ilegal de arma (fls. 29/30). No cumprimento do mandado de busca e apreensão em seu endereço, não havia ninguém na residência, porém, foram apreendidos, dentre outras coisas, 04 pontos de LSD; mais de 21Kg de maconha; 02 comprimidos de extasy; R\$12.000,00 em dinheiro; bilhetes e caderno com anotações do tráfico; sacola**

**contendo diversas embalagens plásticas para embalagem da droga; 01 balança de precisão; 01 munição calibre . 12 (fls. 582/592)".**

Logo, sob a ótica dos pressupostos/fundamentos da segregação cautelar, tenho que a prisão preventiva dos investigados é necessária para a garantia da ordem pública, haja vista a gravidade dos crimes praticados e da possibilidade concreta de reiteração criminosa, caso os investigados permaneçam em liberdade.

Isso porque, conforme se observa dos elementos colhidos no decorrer da investigação policial, a prática de tráfico de drogas e associação para tráfico pelos investigados não é eventual, mas um efetivo meio de vida, razão pela qual se postos em liberdade, evidentemente, darão continuidade ao comércio ilegal de entorpecentes diante da sensação de impunidade, havendo, pois, gravidade concreta dos delitos investigados.

[...]

Registre-se, ademais, que se trata de crime grave e que prevê pena maior de 4 (quatro) anos de reclusão, o qual admite a decretação da prisão preventiva por preencher o requisito temporal estabelecido pelo art.

313, inciso I, do Código de Processo Penal.

Ante o exposto, CONVERTO em prisão preventiva a prisão temporária de 1. Luizmark Parente, 2. Jean Felipe de Jesus, 3. Kurlan Ferreira, 4. Daniel Cont, 5. Dirlei Túlio, 6. Pablo Renan Barbosa, 7. Júlio César Junckes, 8. Evandro Sipriano, 9. Roverson César Mendes, 10. Antonio Juliano Soares, 11. Jailson Tomé Paoli, 12. David Willian Zimmermann Simas, 13. Adalton José Medeiros, já qualificados nos autos, bem como DECRETO a prisão preventiva de 14. Patrick Amaral e 15. Marcelo Ramos, já qualificado nos autos, tudo com base nos artigos 311 e 312 do Código de Processo Penal, sobretudo para a garantia da ordem pública e aplicação da lei penal.

Expeçam-se os respectivos mandados de prisão.

Como se vê, a decisão apresenta fundamentação que deve ser entendida como válida para a prisão preventiva, evidenciada nas circunstâncias do delito, uma vez que restou demonstrado que o paciente *já foi preso por tráfico de drogas e posse ilegal de arma*, e que, *No cumprimento do mandado de busca e apreensão em seu endereço, não havia ninguém na residência, porém, foram apreendidos, dentre outras coisas, 04 pontos de LSD; mais de 21Kg de maconha; 02 comprimidos de extasy; R\$12.000,00 em dinheiro; bilhetes e caderno com anotações do tráfico; sacola contendo diversas embalagens plásticas para embalagem da droga; 01 balança de precisão; 01 munição calibre . 12.*

Quanto à pretensão defensiva de substituição da preventiva por custódia domiciliar, o Tribunal de origem indeferiu tal pleito com base nos seguintes fundamentos (fl. 32):

Por outro lado, o pedido subsidiário de prisão domiciliar também não comporta acolhimento, visto que não existe notícia de que o local a ser cumprida a prisão preventiva não atenderá às necessidades da deficiência do Paciente.

# Superior Tribunal de Justiça

Veja-se, no ponto, que o Paciente já cumpria prisão domiciliar por ocasião dos fatos no PEC n. 0000828-78.2016.8.24.0167, o que demonstra que - aparentemente - se utilizava da benesse para perpetrar o comércio espúrio de entorpecentes, na sua própria residência.

Ademais, no local em que deveria estar cumprindo a reprimenda domiciliar, o Paciente não foi encontrado, estando foragido.

Verifica-se, pois, que não se mostra adequada, diante das circunstâncias do caso concreto, a substituição da prisão preventiva do paciente por domiciliar, na medida em que, estando, anteriormente, no cumprimento de tal constrição cautelar, ainda assim, voltou a reiterar na prática de condutas delituosas.

Além disso, pacífico é o entendimento nesta Corte Superior de que, embora não sirvam fundamentos genéricos (do dano social gerado por tráfico, crime hediondo, ou da necessidade de resposta judicial) para a prisão, podem a periculosidade e riscos sociais justificar a custódia cautelar no caso de tráfico, assim se compreendendo a especialmente gravosa natureza ou quantidade das drogas apreendidas. Nesse sentido: HC n. 291125/BA – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Laurita Vaz – DJe 3/6/2014; AgRg no RHC n. 45009/MS – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Rogério Schietti Cruz – DJe 27/5/2014; HC n. 287055/SP – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Moura Ribeiro – DJe 23/5/2014; RHC n. 42935/MG – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Sebastião Reis Júnior – DJe 28/5/2014.

Este Tribunal tem compreendido que a periculosidade do acusado, evidenciada na reiteração delitiva, constitui motivação idônea para o decreto da custódia cautelar, como garantia da ordem pública. Nesse sentido: HC n. 286854/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Felix Fischer – DJe. 1º-10-2014; RHC n. 48002/MG – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 4/8/2014; RHC n. 44677/MG – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Laurita Vaz – DJe 24/6/2014.

Ante o exposto, denego o *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO

Relator